

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

Edição nº 1334

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	4
Editais.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1334

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 3411/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre, na forma que segue:

1º Promotor de Justiça	1ª Vara Criminal
2º Promotor de Justiça	JECrim e 2ª Vara Criminal

Esta Portaria será observada a contar do dia 02 de dezembro de 2013, até ulterior deliberação, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de novembro de 2013.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 602/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- a contar de 02 de dezembro de 2013, os Promotores de Justiça, Dr. MANOEL FIGUEIREDO ANTUNES, ID n.º 3429083 e Dra. BRUNA MARIA BORGMANN, ID n.º 3519856, para atuar, individual ou conjuntamente, no Procedimento Investigatório Criminal n.º 00916.00001/2013, que tem como objeto "investigar a ocorrência de ilícitos criminais praticados em licitações da Secretaria Municipal de Obras de Três de Maio", bem como em eventuais futuros procedimentos correlatos à aludida apuração, no âmbito cível e criminal (PR.00791.00098/2013-8). Esta Portaria vigorará pelo período de 02 (dois) anos, sem ônus para o Estado, e será apreciada pelo Conselho Superior do Ministério Público. (Port. 3572/2013).

- a contar do dia 06 de dezembro de 2013, a Procuradora de Justiça, Dra. MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA, ID n.º 3426165, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude para, na condição de representante desta Instituição, firmar Termo de Convênio entre Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul, objetivando à conscientização dos integrantes do Sistema de Justiça e da sociedade acerca da garantia do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. (PR.00019.00756/2013-7 - Port. 3580/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 603/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1334

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 02/12/2013, GLAUBER MARCELO SIMON, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 530, na modalidade “serviço voluntário cidadão” (Port. 3483/2013).
- pelo período de 6 meses, a contar do dia 27/11/2013, DANIEL DE LIMA PAGANELLA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 531, na modalidade “serviço voluntário cidadão” (Port. 3540/2013).
- pelo período de 24 meses, a contar do dia 21/11/2013, JESSICA FRANCINE FELAPPI, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 533, na modalidade “serviço voluntário cidadão” (Port. 3546/2013).

REVOGAR

- a contar do dia 02/12/2013, a Portaria 2631/2013, que designou ALICE DIAS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade “serviço voluntário cidadão”, tendo em vista Termo de Distrato datado de 02/12/2013 (Port. 3573/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 604/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 3555/2013, que nomeou MARCUS BORN VOLKART, para exercer o cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, deste órgão (Port. 3621/2013).

NOMEAR

- RODRIGO COLLARES DUARTE, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 3605/2013).
- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CRISTINA KLEIN DE AZEVEDO E SOUZA, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo nono (19º) lugar na Lista de Classificação da Região Metropolitana (Port. 3622/2013).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 12 de dezembro de 2013, a servidora PRISCILA DAL PONTE AMADO, ID n.º 3811026, do cargo em comissão de Assessor Superior, CC-10, deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 3614/2013).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor JOSÉ AUGUSTO DA ROSA BIFANO, Secretário de Diligências, ID n.º 3432998, para atuar junto à Rede Ambiental Sinos, 2 vezes por semana, a contar de 23 de dezembro de 2013, até ulterior deliberação (Port. 3624/2013).
- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor LUCIANO RATAI MENNA BARRETO, Secretário de Diligências, ID n.º 3431401, para atuar junto à Rede Ambiental Sinos, 2 vezes por semana, a contar de 23 de dezembro de 2013, até ulterior deliberação (Port. 3625/2013).

CONCEDER

- o abono de permanência, previsto no artigo 2º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, ao servidor AIRTON DA COSTA FLORES, Artífice - Marcenaria e Carpintaria, ID n.º 3434915, a contar de 12 de fevereiro de 2010, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00986/2013-5 - Port. 3618/2013).

REVOGAR

- a contar de 23 de dezembro de 2013, a Portaria n.º 3705/2012, que reduziu a carga horária da servidora BIANCA D'ALESSANDRO KOSCIUK, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3449998, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei n.º 7.253/79 (PR.00931.00122/2010-3 - Port. 3623/2013).

COLOCAR À DISPOSIÇÃO

- do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para atuação junto à Ouvidoria da Segurança Pública, pelo período de 04 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, a servidora NAURA DA SILVA LINDNER, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1334

3442160, com ônus para o órgão de origem (PR.00001.02431/2013-5 - Port. 3626/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 3921-09.00/13-5
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 96/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: MOVELEIRA TAPEJARA LTDA.; **OBJETO:** aquisição do mobiliário abaixo:

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QUANT	VALOR UNITÁRIO
01	01	MA1 - mesa angular 1	Tapejara	250	R\$ 1.831,95
01	03	MA2 - mesa angular	Tapejara	40	R\$ 2.173,50
01	04	MR1 - mesa retangular 1	Tapejara	30	R\$ 703,80
01	05	MR2 - mesa retangular 2	Tapejara	30	R\$ 900,45
01	06	MR3 - mesa retangular 3	Tapejara	30	R\$ 917,87
01	09	MC - mesa para computador	Tapejara	10	R\$ 1.148,85
01	12	GV1 - gaveteiro volante 1	Tapejara	100	R\$ 848,70
01	13	GV2 - gaveteiro volante 2	Tapejara	40	R\$ 952,20
01	14	GF1 - gaveteiro fixo	Tapejara	120	R\$ 910,80
01	15	AB1 - armário baixo 1	Tapejara	100	R\$ 1.148,85
01	17	AM - armário médio	Tapejara	20	R\$ 1.397,25
01	18	AA - armário alto	Tapejara	80	R\$ 2.214,90
01	19	AE - armário estante	Tapejara	160	R\$ 2.183,85
01	21	EE - estante com 15 escaninhos	Tapejara	20	R\$ 1.873,35
01	22	MRR - mesa de reunião - redonda - diâmetro 120cm	Tapejara	05	R\$ 952,20
01	24	MR-8P - mesa reuniões para 08 pessoas	Tapejara	15	R\$ 2.101,05
01	26	MR-14P - mesa reuniões para 14 pessoas	Tapejara	3	R\$ 2.691,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.615.588,35; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1334

SÚMULA
AQUISIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS
PROCESSO N.º 003201.0900.13-4
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 72/13 – REGISTRO DE PREÇOS
CO.28829

CONTRATADA: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITORIO LTDA; **OBJETO:** aquisição de cadeiras fixas:

ITEM	QTDE. (UN.)	DESCRIÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	200un	CADEIRAS FIXAS	144,00

VALOR TOTAL: R\$ 28.800,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.52/5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09; e Provimentos PGJ/RS 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 3768-09.00/13-5
TOMADA DE PREÇOS N.º 19/13

CONTRATADA: IZYDROS ENGENHARIA LTDA; **OBJETO:** prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para execução de cobertura de estacionamento e de policarbonato (área de 120,37m²) e reforma e manutenção predial nas Promotorias de Justiça da Comarca de Uruguaiiana (área construída 1.132,82m²), situadas na Rua General Hipólito, n.º 3448; **VALOR TOTAL:** R\$ 707.697,70; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 581-09.00/13-1

CONTRATADA: MARKETING DESIGN E TECNOLOGIA ESTÚDIO LTDA.; **OBJETO:** acréscimo, ao objeto do ajuste,

de serviços de customização; **VALOR TOTAL A ACRESCER:** R\$ 8.016,86; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inciso I, b, e §1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

RETIFICAÇÃO DE SÚMULA
PROCESSO N.º 3998-09.00/13-7

CONTRATADA: TECHBIZ FORENSE DIGITAL S.A.; **OBJETO:** retificação da súmula publicada no Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual, de 18 de dezembro de 2013, para fazer constar que o recurso, na dotação orçamentária, é 2080 e não como constou 0011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 2812-09.00/13-0

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, retifica a cláusula décima terceira do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 154/13, celebrado com a empresa VS Telecom Ltda., decorrente do Pregão Eletrônico n.º 86/2013, bem como o seu extrato, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual de 14 de novembro de 2013, para fazer constar que a dotação orçamentária é a que segue e não como constou: As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30/3.3.90.39, Rubricas 3034, 3924.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 331/2013

Resultado do Edital n.º 313/2013 – REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS (DEMP 12/12/2013)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01011/2013-1, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1334

Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 313/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 332/2013

Resultado do Edital nº 314/2013 – REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO (DEMP 12/12/2013)

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01012/2013-9, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado das remoções referentes ao Edital nº 314/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 333/2013

Resultado do Edital nº 315/2013 – REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS (DEMP 12/12/2013).

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01014/2013-5, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado das remoções referentes ao Edital nº 315/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de dezembro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 12/2013 – CAO

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA

NAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis:

PROMOTORIA DE ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 92/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Joao Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar dano moral coletivo e dano social decorrente da má prestação dos serviços de transportes públicos de passageiros em Alegrete, tendo como investigados Município de Alegrete, Vaucher e Cia Ltda e Nogueira Transportes Ltda.

PROMOTORIA DE BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 51/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar possível abuso no preço da gasolina, tendo como investigado Ditrento Postos e Logística Ltda.

PROMOTORIA DE CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil nº 54/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar danos e risco potenciais ao consumidor em razão da comercialização de produto fora das especificações, bem como por ferimento a seu direito básico de informação, tendo como investigado Moisés Folha.

PROMOTORIA DE ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 59/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de apurar irregularidades na comercialização de GLP, tendo como investigado estabelecimento Comercial de Combustíveis e Transportes Rodoviário Escola Branca Ltda.

PROMOTORIA DE GUARANI DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 13/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, substituto na Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, com a finalidade de apurar a prática de comércio/produção de produtos de origem animal em desacordo com as prescrições legais tendo como investigado Arno Antônio Dalmaso.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 209/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível comercialização de medicamento vencido, tendo como investigada DMTOP Comércio de Medicamentos e Cosméticos Ltda. (Rede Maxxi Econômica);

2) Inquérito Civil nº 216/2013, instaurado pelos Promotores de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz e Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar prestação de serviços de telefonia e internet, de modo a respeitar a modicidade tarifária e qualidade dos serviços prestados, com implementação de novas tecnologias, tendo como investigadas Telefônica Brasil



S/A (Vivo), Tim Celular S/A, Oi S/A e Claro S/A;

3) Inquérito Civil nº 221/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva, consistente na “venda casada”, tendo como investigada Dell Computadores do Brasil Ltda;

4) Inquérito Civil nº 222/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva em plano de saúde – cobrança particular de consultas médicas que estariam dentro do limite mensal coberto pelo plano, tendo como investigados Unimed Porto Alegre Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e Doutor Miguel Abib Adad;

5) Inquérito Civil nº 223/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar suposta cobrança indevida por serviços não solicitados pelo consumidor e eventuais dificuldades para emissão de extrato de conta de linha telefônica pré-paga, tendo como investigada TIM Celular S/A;

6) Inquérito Civil nº 224/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar a ocorrência de lesão a consumidores proveniente de suposta prática voltada a frustrar pagamentos de sinistros e créditos judiciais, tendo como investigada Federal Seguros S/A;

7) Inquérito Civil nº 225/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva, consistente na oferta enganosa de seguro para a prestação de serviços de mudança, tendo como investigada Empresa de Mudanças 29 Ltda.

8) Inquérito Civil nº 226/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual afronta ao CDC proveniente da disciplina normativa em vigor no Estado do Rio Grande do Sul sobre os limites de lotação de passageiros nas linhas intermunicipais de ônibus, tendo como investigado DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem;

9) Inquérito Civil nº 228/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de investigar a eventual ocorrência de lesão a consumidores proveniente da não implementação da Resolução 4.938/2008 do DAER (transporte de animais), tendo como investigado Expresso Embaixador Ltda.;

10) Inquérito Civil nº 231/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível abusividade da cláusula “3.2” do Quadro Resumo do Contrato Padrão de Compromisso de Compra e Venda disponibilizado no mercado

de consumo, tendo como investigada GAFISA S/A;

11) Inquérito Civil nº 233/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível comercialização de agrotóxicos de uso proibido, tendo como investigado VALMOR KIST EPP (Valmor Representações);

12) Inquérito Civil nº 235/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual fornecimento de produto com uso inadequado de agrotóxico, tendo como investigado Diego Bottcher;

13) Inquérito Civil nº 237/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível comercialização e distribuição de produto com uso inadequado de agrotóxico, tendo como investigado Borges Comércio de Frutas e Transportes Ltda. (Banaborges).

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 110/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar o oferecimento ao consumidor de produtos com prazo de validade vencido, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil;

2) Inquérito Civil nº 126/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar exposição ao consumidor de produtos vencidos, preço das gôndolas diferente do preço do caixa e catraca que permite apenas a entrada dos consumidores, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil;

3) Inquérito Civil nº 141/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível lesão ao consumidor, tendo como investigado Pevecerca;

4) Inquérito Civil nº 142/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar a legalidade da presença de comércio de alimentos na via pública, tendo como investigado Município de Rio Grande;

5) Inquérito Civil nº 143/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar lesão aos consumidores pela operadora de plano de saúde Unimed Litoral Sul, tendo como investigado Unimed Litoral Sul.

PROMOTORIA DE SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 15/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Schinestsck Rodrigues, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar a devolução de valores cobrados indevidamente referente ao serviço de esgoto de consumidores do Bairro Feitoria, tendo como investigado SEMAE.

PROMOTORIA DE SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 78/2013, instaurado pela Promotora de



Justiça Mari Oni Santos da Silva, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar irregularidades em relação à diferença de preço do combustível anunciado na placa de propaganda principal (menor), em relação ao valor efetivamente cobrado do consumidor na bomba de abastecimento (maior) pelo Posto de Combustíveis AFT- Posto Sorriso, tendo como investigado Ademir Ferreira Taborda.

PROMOTORIA DE VACARIA

1) Inquérito Civil nº 94/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar eventual irregularidade nos produtos comercializados pelo estabelecimento comercial com nome fantasia de Supermercado Sul América, tendo como investigados Jurema Oliveira – Empresária Individual, Jurema Oliveira, Lúcio Antônio de Oliveira, Joana Elisabete Ribeiro Toledo – Empresária Individual e Joana Elisabete Ribeiro Toledo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de dezembro de 2013.

ALEXANDRE LIPP JOÃO,

Procurador de Justiça,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica
De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 064/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00829.00080/2012 instaurado pela Promotoria de Justiça Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possível vinculação de servidor fantasma junto ao gabinete de Deputado.

2) Inquérito Civil nº 01220.00009/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, com a finalidade de investigar a prática de nepotismo envolvendo vereador por meio da nomeação de familiares.

3) Inquérito Civil nº 00760.00034/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar a prática de atos de improbidade administrativa decorrentes de irregularidades na aplicação de recursos destinados à reparação de estradas, colocação de tubos de concreto e construção de pontilhões pelo Município de Doutor Ricardo.

4) Inquérito Civil nº 01211.00010-2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Cível de Osório, com a finalidade de investigar denúncia de que servidores que pertencem ao corpo técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente estariam

sendo coagidos a emitirem pareceres favoráveis e licenças ambientais.

5) Inquérito Civil nº 00914.00127/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com o objetivo de verificar atos de Improbidade Administrativa, com prejuízos ao Erário, enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios da administração pública.

6) Inquérito Civil nº 00924.00093/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de investigar eventual irregularidade na contratação de Rádio pela Câmara de Vereadores de Monte Alegre dos Campos, em especial, no que tange a irregular dispensa de licitação.

7) Inquérito Civil nº 00852.00138/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para realização de serviços por empresa.

8) Inquérito Civil nº 00922.00118/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Córrea de Barros, da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, com a finalidade de investigar o gerenciamento do Fundo Municipal de Saúde do município.

9) Inquérito Civil nº 00852.00136/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa por ausência de licitação para realização de serviços de empresa.

10) Inquérito Civil nº 00852.00129/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar possível ilícito na entrega de equipamentos a entidades não governamentais adquiridos com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

11) Inquérito Civil nº 00852.00127/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar possível ilícito a consistir na utilização de verba pública para patrocínio de eventos culturais.

12) Inquérito Civil nº 00852.00124/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar suposto mau funcionamento da unidade de licenciamento ambiental do município.

13) Inquérito Civil nº 00852.00125/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar instalação de loteamento irregular na BR 392.

14) Inquérito Civil nº 00824.00090/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de investigar contratação indevida de empresa em dezembro de 2010, na Prefeitura de Pelotas conforme relatório de auditoria do TCE, exercício 2012.



15) Inquérito Civil nº 00824.00089/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de investigar irregularidades em auxílio e subvenções no exercício de 2012 na Prefeitura de Capão do Leão, conforme relatório de auditoria do TCE.

16) Inquérito Civil nº 00824.00091/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de investigar doação de cargas de aterro e de outros materiais de construção pela prefeitura de Morro Redondo, utilização de máquinas e servidores públicos em obras particulares, retirada de medicamentos por agentes públicos em postos de saúde para doação de terceiros; pagamento de horas extras sem contraprestação na Secretaria de Obras, desvio de materiais de construção destinados às escolas.

17) Inquérito Civil nº 00852.00135/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

18) Inquérito Civil nº 00852.00132/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

19) Inquérito Civil nº 00852.00130/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

20) Inquérito Civil nº 00852.00138/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

21) Inquérito Civil nº 00852.00139/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

22) Inquérito Civil nº 00852.00137/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

23) Inquérito Civil nº 00852.00133/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

24) Inquérito Civil nº 00852.00131/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa pela ausência de licitação para a realização de serviços por empresa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de setembro de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,
Coordenador do Centro Operacional Cível e
de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.